

SIMPÓSIO SAMORA VIVE  
RE-SIGNIFICANDO PÁTRIA, IDENTIDADE NACIONAL E CIDADANIA  
Maputo, 01 e 02 de Setembro De 2016  
CENTRO DE ESTUDOS AFRICANOS  
UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

***DESENVOLVIMENTO, CONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA E DA  
NACIONALIDADE NOS PAÍSES AFRICANOS: DESAFIOS PARA O MILÊNIO***

**Kabengele Munanga**  
Universidade de São Paulo

O continente africano e a África subsaariana têm uma longa história que remonta à própria origem da Humanidade, pois foi neste continente que surgiram os ancestrais dos homens e das mulheres que habitam nosso planeta. No entanto, não deveríamos esquecer que quando falamos da África estamos a falar de cerca de um bilhão de habitantes distribuídos entre 55 países, de centenas de línguas, de povos e culturas. Essa complexidade do continente em termos etnolinguísticos, histórico-culturais e político-ideológicos exige cautela e prudência com teorizações generalizantes que em vez de explicar esse continente, podem simplesmente desembocar em reducionismos mutiladores.

Portanto, a África viveu, e vive experiências históricas comuns e apresenta semelhanças culturais que ofereceriam algumas possibilidades para compreendê-la como totalidade complexa sem afogar na generalização as peculiaridades e experiências das Nações nela contidas. Sua história é marcada pela violência das conquistas e ocupações coloniais e suas consequências no processo de construção das nações africanas de hoje.

Com efeito, os países da África subsaariana, dita África negra, começaram a se libertar do jugo colonial a partir de 1957, a começar com Gana, que completou seus 59 anos de independência em 06 de março deste ano. Entre 1960 e 1965 quase a totalidade dos países das antigas colônias da França e da Grã-Bretanha acedeu à sua independência. Precisou-se esperar ainda cerca de 10 anos durante os quais as antigas colônias portuguesas

finalmente se libertaram pela guerra armada. Dois casos pendentes deixavam ainda incompleto o quadro das independências africanas: a Namíbia, ilegalmente ocupada pelo regime do apartheid e que se libertou em 1990, e a África do Sul, onde a maioria da população negra não tinha direitos políticos na terra de seus ancestrais e que se libertou do apartheid apenas em 1994.

No entanto, os países africanos ainda que libertos enfrentam em sua maioria grandes desafios no processo de construção de nações democráticas, de suas identidades nacionais e do seu desenvolvimento. A explicação dessa situação não está na natureza dos africanos, nem em suas culturas. Ela tem raízes profundas nos fatores históricos externos decorrentes do processo colonial e nos fatores internos decorrentes dos modelos políticos adotados por muitos dirigentes africanos depois das independências. Esses modelos, incompatíveis com o respeito e a representação da diversidade, estariam na base das guerras civis pelo acesso ao poder e das inúmeras violências que prejudicam a construção da paz no continente. Acrescentam-se a pobreza, o subdesenvolvimento e a marginalização cada vez mais crescentes, agravados pela globalização.

A África de hoje não é nada mais que o resultado de uma longa história de cerca de cinco séculos consecutivos de exploração que ela atravessou, carregando, na entrada do novo século, os saldos negativos dos séculos anteriores, ainda que permeados pelos saldos positivos. Visto deste ângulo, suas perspectivas no contexto do novo milênio e da globalização, realizar-se-ão com base nesses saldos positivos e negativos provindos dos séculos passados, seja em termos acumulativos, seja em termos de ruptura.

Embora a escravidão e a colonização tivessem marcado a história da humanidade dos tempos mais remotos aos tempos modernos, as sociedades africanas foram as únicas nos últimos cinco séculos a ser submetidas a esses humilhantes processos de destruição e desumanização.

Examinando friamente a situação do Continente Africano no tempo e no espaço, a sensação que temos é a de fraqueza e de fracasso pelo fato de ter sido dominado, e de suas populações terem sido transportadas e escravizadas longe de suas terras; por terem sido colonizadas dentro do seu próprio território; pelo fato de sua elite, na maioria dos próprios países tornados

independentes, não ter conseguido gerir a coisa pública, de acordo com os interesses de seus povos, como se esperava, e por ter servido como testa de ferro ao imperialismo; pelo fato de seu povo da diáspora, grande vítima do racismo, ocupar coletivamente posições inferiores na escala social, no comando político e econômico dos diversos países onde se encontram. Uma longa viagem no tempo e no espaço ofereceria suficientes elementos de reflexão para que possamos entender as perdas que a África carrega de milênio em milênio e que contribuíram negativamente em seu processo de desenvolvimento.

Os quase três séculos de tráfico negreiro tiveram entre outras consequências além da violência social, uma perda populacional (cerca de 40 a 100 milhões de pessoas) com graves prejuízos em seu desenvolvimento, além de dismantelar suas estruturas políticas tradicionais. Imediatamente após o tráfico veio o colonialismo, acrescentando à pilhagem dos homens, a pilhagem das terras e das riquezas naturais.

Os africanos travaram uma longa luta para romper com os vínculos colonialistas. Assim conquistaram as independências, que a justo título significam o fim das barreiras sociais e raciais, a desmistificação da “inferioridade natural” dos africanos e o dismantelamento do velho espectro da “superioridade natural” do branco. As independências representaram um momento de ruptura entre um passado de humilhação, de desumanização, de exploração e um futuro diferente a ser construído.

Mas no caminho da construção desse novo futuro que se inicia na década de 60 os africanos continuaram a carregar os legados da colonização em suas estruturas políticas e econômicas. Sua economia é, desde a colonização, orientada e controlada do exterior. Sua infraestrutura é ainda colonial apesar dos esforços de alguns dirigentes nacionalistas. A velha ordem econômica internacional se mantém apesar dos discursos e das declarações feitas nos foros mundiais para transformá-la numa nova ordem, que repartiria equitativamente as riquezas da humanidade. A pilhagem da África que começou com o tráfico negreiro, a escravidão e a colonização, se prolonga hoje através da chamada “troca desigual” e do neocolonialismo.

A questão da democracia e da construção de um Estado-Nação no modelo ocidental é uma das mais cruciais da África hoje. Pensava-se, no início dos anos 60, que a transferência do poder era apenas um problema de Constituições. A maioria dos nacionalistas africanos acreditava na construção de um Estado-Nação e de uma ideologia nacionalista. Apesar de sua vontade e de suas ilusões, a resposta obtida até hoje tem sido em grande parte autoritária e militar. Os golpes foram acontecimentos frequentes no continente. No início dos anos 80, o regime militar tornou-se uma regra em muitos países da África em vez de ser uma exceção. O exército confirmou-se como a única força moral capaz de lutar contra os defeitos dos governos civis (corrupção, inflação, desemprego etc.). Porém os fatos mostram que os militares não foram menos corruptos que os dirigentes civis. No entanto, as potências estrangeiras e as antigas metrópoles têm tendência a apoiá-los, e, quase sempre, a vê-los como os únicos responsáveis pela “ordem social”, ou, melhor, os únicos capazes de garantir seus interesses no Continente.

De 1950 para cá, a população africana quase quadruplicou e seu crescimento passou a ser majoritariamente urbano. Hoje, cerca de dois africanos a cada três moram na cidade. Essa evolução demográfica não deixou de criar novos problemas, pois a maioria das cidades africanas tem de enfrentar grandes dificuldades de mobilidade por causa da inexistência de transporte coletivo de qualidade por um lado, e pela intensidade da circulação dos carros, cujo número muito aumentou, desequilibrando mais ainda a infraestrutura existente geralmente mal conservada; pelas dificuldades agravadas pela poluição das águas, pela falta crônica de alimentos, pela penúria sempre crescente de infraestruturas básicas: saneamento, saúde, educação; pela falta de empregos e pela violência.

Um dos problemas que afligem também a África nos últimos quase cinquenta anos do seu processo de independência, é a famosa questão dos chamados conflitos étnicos que, no meu entender, são guerras civis e não verdadeiramente conflitos étnicos. As identidades étnicas, embora realidades socioculturais incontestáveis na escala mundial, são, sem dúvida, sujeitas às manipulações ideológicas e neste sentido perigosas para as nações em construção, uma vez que a consciência nacional deve ainda ser forjada.

Coloca-se então aos dirigentes africanos a questão de saber como construir uma identidade nacional sem prejudicar o desenvolvimento das identidades étnicas e regionais que são fontes de riquezas culturais, mas ao mesmo tempo ameaçadoras da unidade nacional, pois manipuladas política e ideologicamente na luta pelo poder.

A ideia de que a etnicidade não oferece uma base sólida para construir uma nação, levou a pensar que o “Partido Único” seria uma solução viável para impor as realidades políticas modernas baseadas na “Nação” em oposição ao “eticismo” desestabilizador. Mas a experiência desses quase 50 anos de independência mostra que o partido único, por onde existiu, favoreceu mais o etnicismo ou o regionalismo do que a unidade nacional. As manifestações em favor da democracia que invadem a África desde 1990 são provas de que o argumento unificador do partido único não pode mais ser sustentado por não ter surtido os efeitos que dele se esperava.

As elites africanas de certa época tinham tendência a explicar todas as dificuldades de seus países a partir dos fatores externos, notadamente o neocolonialismo e o imperialismo. Embora tivessem certa razão, pois esse argumento conserva ainda sua força inercial até os dias de hoje, creio que não podemos continuar a eximir-nos totalmente da parte de nossa responsabilidade. A elite dirigente africana, salvo raras exceções, é corrupta e alienada; seu nacionalismo é de fachada, pois serve mais aos interesses estrangeiros e aos dela própria do que aos de seus países. Existe uma exploração interna e uma pilhagem sistemática do Continente por seus próprios filhos, em estreita colaboração com a exploração externa.

No ano de 1998, a África recuou também e muito no plano político, no qual se esperava progressos reais em matéria de democratização da vida política. Por quase toda parte onde foram organizadas novas eleições presidenciais, os presidentes precedentes foram reeleitos ou substituídos por seus filhos. Quase por toda parte essas eleições foram contestadas. Em alguns países o escrutínio presidencial deu origem a novas crises capazes de hipotecar o futuro e a paz social.

Desde 1970, mais de uma trintena de guerras aconteceu, sendo a maioria no próprio interior dos Estados. Apenas em 1996, quatorze dos

cinquenta e cinco países africanos sofreram conflitos armados, o que provocou mais de oito milhões de refugiados e um imenso deslocamento de pessoas, além das inúmeras mortes.

Diante desse quadro geral que a imprensa internacional chama de afropessimismo, coloca-se a questão: quais seriam as perspectivas do continente africano no contexto da globalização e do novo milênio? Apesar de todas as dificuldades apontadas, a África acumulou certamente experiências que constituem um saldo positivo dos últimos cinco séculos e que poderão acompanhá-la neste novo milênio.

Em função dessas experiências, penso que as jovens gerações terão uma melhor consciência e uma melhor compreensão das fraquezas e explicações do estado das coisas. Portanto, elas poderão tirar melhor lição da história e das teorias sociais e estar em melhores condições para enfrentar os novos inimigos e novos desafios. Com efeito, começa-se a descobrir uma cultura urbana em pleno desenvolvimento, uma cultura procedente, ao mesmo tempo, de assimilação e disseminação de culturas, de trocas benéficas, por exemplo, técnicas ocidentais. O mesmo ocorre no campo literário, pela transformação viva das línguas de colonização, que têm dado e continuam a dar origem não somente a um falar abundante e vigoroso, mas também a uma literatura escrita de qualidade, tanto em francês e inglês, como em português. O cinema africano, apesar de sua situação financeira miserável e de esquecimento por parte dos grandes circuitos de distribuição, tem produzido um número não negligenciável de obras-primas. Os artistas contemporâneos, pintores, escultores e músicos, estão, ao mesmo tempo, enraizados na sua história e também ávidos de participar do movimento artístico mundial, e se revelam todos os dias, sem esquecer atletas de diversas modalidades.

Nos últimos cinquenta anos, duas forças sociais se sobressaem e se fortalecem: os jovens e as mulheres. Os jovens porque a senioridade ligada à sabedoria era o único valor conhecido; as mulheres porque, embora constituam a maior força produtiva, ficaram economicamente dependentes dos homens no contexto colonial. A juventude constitui hoje três quartos da população urbana. O que representa o risco de gerar uma cultura de violência diante da miséria cada vez mais crescente. Mas, como essa juventude tem cada vez menos

escolha comparativamente às gerações anteriores, ela deverá ou morrer ou atacar de frente os problemas que fazem dela a maior vítima da sociedade. O papel da mulher conhece também um grande salto, porque são elas que investem maciçamente no setor informal da economia. Embora sua posição esteja ainda delicada numa sociedade dominada por homens, trata-se de uma mudança social promissora.

Percebe-se também que a nova geração de dirigentes africanos, no limiar do novo século, não se posiciona mais como eterna vítima da História e pensa que a África não deve mais perder tempo em reclamar a ajuda do mundo inteiro em reparação aos crimes do colonialismo e da escravidão. Esta nova geração recusa a velha dependência colonial e conta com sua própria força. Daí a ideia do renascimento africano.

No que diz respeito às perspectivas do continente africano no contexto da globalização, temos a sensação de que a África, como outros países em desenvolvimento, o chamado Terceiro Mundo, está impregnada pela força dessa endeusada globalização. Aliás, é bom lembrar que depois da balcanização do continente, os africanos foram integrados na Organização Internacional do Trabalho como produtores das matérias primas necessárias para o desenvolvimento da indústria ocidental e como consumidores dos produtos manufaturados dessa mesma indústria; daí a expropriação da mais valia resultada da chamada troca desigual. Embora o conceito de globalização não existisse na época, penso que foi uma forma de globalização na qual os africanos foram obrigados a entrar sem emitir consentimento.

Como resistir se o mercado capitalista e sua economia globalizada, as técnicas, as telecomunicações e toda a parafernália da informática arrastam no seu caminho as tendências diferencialistas, empurrando-as no vale comum da homogeneização? Sem dúvida a globalização não pode ser pintada somente negativamente, mas não se pode negar seus efeitos perversos, que são reais e verdadeiros.

Embora a informação não traga automaticamente a comunicação e a igualdade de diálogo entre os povos, ela já constitui por si só uma aproximação que poderá desembocar, se for bem explorada, num verdadeiro diálogo. Enquanto esse diálogo e essa verdadeira comunicação não aconteçam, a

configuração do mundo em centros e periferias ainda se mantém, pois, as mensagens embora tenham seus centros receptores até nas periferias globalizadas, são decodificadas no sentido ainda definido pelos centros emissores dominantes. Por outro lado, o problema atual, penso eu, não é mais a produtividade dos bens de consumo, mas sim o da paz social prejudicada pela má distribuição das riquezas da humanidade. Não é por acaso que a cultura da violência vem crescendo em várias cidades do mundo, apesar dos progressos da ciência e da tecnologia.

Diante de todas essas contradições, coloca-se crucialmente a questão de saber por onde discutir o futuro da humanidade: a partir da globalização resultante da tecnologia e da economia de mercado com todos seus efeitos positivos e negativos, ou a partir da reinvenção do social? Como reinventar o social sem colocar no primeiro plano o próprio ser humano, a liberdade e a dignidade como seus atributos fundamentais? Como fazê-lo sem respeitar as diferenças e particularidades individuais e coletivas que constroem o princípio da alteridade sem a qual não existem povos, nações e comunidades humanas?

Se a África e os países africanos definirem que tipos de sociedades querem construir, eles poderão sem muitas dificuldades adequar esse processo de globalização aos modelos de sociedades projetadas. Essa premissa é prioritária a qualquer tipo de discussão sobre aceitar ou resistir à globalização, embora saibamos que por enquanto estamos nela apenas como sujeito periférico e não como sujeito central que define os princípios e dita as regras do jogo.

As guerras na África contemporânea são essencialmente civis. A natureza do sistema do Estado herdado da colonização constitui o coração dos conflitos. O Estado contemporâneo africano é tido como lugar de enriquecimento e como monopólio da verdade. Na medida em que todas as riquezas essenciais transitam pelo Estado, o sucesso social supõe então o acesso à burocracia direcional ou a seus corredores. Os postos políticos e administrativos constituem então as bases dos diferentes escalões de uma nomenclatura de privilégios que, por definição, deve manter afastados outros candidatos. Essa concepção “consumista” da coisa pública desemboca na



violência, seja para manter as situações adquiridas, seja para derrubá-las ao proveito de outros grupos frustrados.

A rivalidade política toma a forma de confrontação entre facções sem outro projeto, a não ser o de se sentir melhor que os outros para gerir o “bolo nacional”, isto é, o complexo burocrático herdado da colonização. Nessas facções, os quadros políticos e seus homens preocupam-se em montar e manter suas bases, isto é, clientela populares reunidas na base dos sentimentos étnicos, religiosos ou regionais. Essa (i)lógica constitui a antinomia do pluralismo, pois o sistema de “despojo” levado ao extremo, exclui toda possibilidade normal de alternância ao poder, a não ser uma alternância provocada por uma crise violenta, para reconstruir no dia seguinte o mesmo sistema que estava em outras mãos<sup>1</sup>.

O controle quase totalitário dos mecanismos simbólicos do poder constitui também um desafio a toda eventualidade de alternância e uma incitação às violências radicais, portadoras de integralismos ideológicos também virulentos. Cada vez mais, o alvo essencial das “rebeliões” ou das “revoluções” não é um sistema ou um regime, mas um grupo humano, toda uma parte da população envolvida numa vendeta coletiva. O produto mais evidente dessas violências é o número de refugiados em África. São milhões o número de refugiados e dos mortos produzidos por essas crises. Essas cenas de horror e sujeição seriam um meio para praticar uma política não democrática, da mesma maneira que os colonizadores utilizaram os mesmos meios para não dar uma base nacionalista ao desenvolvimento político<sup>2</sup>.

Tanto a paz quanto a violência na história da humanidade deveriam ser entendidas como resultantes de processos históricos e não como fenômenos naturais. A Europa Ocidental começou a construir seu processo de paz somente depois da Segunda Guerra Mundial, processo esse ilustrado pela União Europeia, mas que nem todos aceitam.

Recordo-me aqui de um episódio que aconteceu há cerca de duas décadas, quando dois garotos da República de Guiné Konacry, com a idade estimada entre 16 e 18 anos morreram congelados no trem de pouso de um

---

<sup>1</sup> CHRETIEN, Jean-Pierre. “Les racines de la violence contemporaine en Afrique”. In: *Politique Africaine*, 42:15-27

<sup>2</sup> MBEMBE, Achille. “L’Afrique noire va imploser”. In: *Le Monde Diplomatique*, avril 1990, p.10.

avião da SABENA, companhia aérea belga. Um funcionário da companhia, ao fazer o controle de rotina encontrou os dois corpos congelados no aeroporto de Bruxelas. Pensou que se tratava de dois aventureiros que tentavam fugir das miseráveis condições de vida do continente. Mas ao retirar os corpos, constatou que um dos dois garotos tinha um envelope colado junto ao seu coração congelado e nesse envelope havia uma carta dirigida aos senhores dirigentes dos países europeus, suplicando para que pudessem intervir para acabar com as guerras na África. Dizia a carta que só eles tinham essa força e que se não terminassem com as guerras, jamais as crianças da África terão os mesmos direitos das outras crianças do mundo: escolas, campos de futebol, etc. Mártires anônimos no meio de tantos outros, esses jovens sacrificaram em vão suas vidas para sensibilizar o mundo ocidental.

Lembrar-se-ia que, em 1963, isto é, 53 anos atrás, 32 líderes dos Estados africanos, reunidos numa conferência histórica em Addis Abeba, capital da Etiópia, criaram em 25 de maio do mesmo ano, um órgão interafricano denominado Organização da Unidade Africana – OUA, tendo como objetivos:

1. Promover a solidariedade e a unidade dos Estados Africanos;
2. Coordenar e intensificar seus esforços de cooperação para oferecer aos povos africanos melhores condições de vida;
3. Defender sua soberania, a integridade territorial e a independência;
4. Erradicar todas as formas de colonialismo;
5. Promover a cooperação internacional, respeitando a Carta das Nações Unidas e a Declaração dos Direitos Humanos.

A OUA tem sido fiel à sua missão de personificação da vontade coletiva africana, mas parte importante de seus objetivos fracassou por diversos motivos. Quando esses estados se tornaram independentes, eles não tinham experiência de governança moderna e de organizações internacionais. A maior crítica diz respeito a sua ineficiência na prevenção ou resolução dos conflitos interafricanos e sua inabilidade ou relutância para condenar o despotismo e promover a democracia e o desenvolvimento econômico e social.

Os dirigentes africanos atuais se deram conta, a partir das reivindicações populares e das dificuldades acima descritas, que a OUA não era mais um órgão adequado para enfrentar os problemas da África do século XXI, dentro do contexto do mundo globalizado. Por isso, sem abrir mão da ideia condutora que vem do movimento pan-africanista desde 1900, ideia baseada na construção da solidariedade de todos os povos africanos e suas diásporas, eles lançaram a ideia de criar uma nova organização capaz de desafiar as realidades do mundo globalizado do qual a África está cada vez mais marginalizada. Esta nova organização recebeu o nome de União Africana – UA, nome inspirado, dizem alguns, na União Europeia. Não se trata mais de construir a unidade africana, tendo em vista a complexidade e a diversidade do continente e suas ilhas, mas sim de construir uma união para poder enfrentar coletivamente os problemas e as dificuldades africanas. Esta união está apenas ensaiando seus primeiros passos.

Para entender o lugar da violência na África contemporânea, é preciso fazer um recuo histórico e tentar situar a experiência atual numa perspectiva histórica global, suscetível de explicar as especificidades de nossa época. A história da África não é apenas a de suas formações de Estados, pois as etnias também têm história.

A conquista colonial interrompeu bruscamente os processos (geralmente violentos) que, em numerosos pontos do continente, vinham conduzindo ao nascimento de Estados protonacionalista, como o “jihad” de Samori Touré, entre outros.

Na estratégia de dividir para dominar, os sistemas coloniais tribalizaram as sociedades políticas africanas tradicionais, fazendo desaparecer em seu vocabulário as palavras Estados, Reinos ou Chefias e opondo as chamadas “tribos” umas contra outras. O exemplo de Ruanda é bastante esclarecedor. Antes da chegada dos alemães e depois dos belgas, Ruanda era uma sociedade estamentar formada por duas castas ou classes sociais, os Tutsi, pastores e os Hutu, agricultores e por uma minoria de caçadores coletores, os Batwa. Viviam sem conflitos no mesmo território geográfico comum, falavam a mesma língua, o Kinyaruanda, cultivavam o mesmo deus dentro de uma monarquia de origem divina.

Mas a ideologia colonialista belga os dividiu em “tribos” hierarquizadas em superiores e inferiores, deixando um “legado” negativo que os impediu, depois da independência, de construir um governo de reconciliação nacional. As guerras fratricidas entre os Tutsi e os Hutu, deixaram um triste balanço de cerca de 800.000 mortos numa guerra que durou apenas oito meses. A frase “matar a tribo para construir a nação” que foi pronunciada no contexto da guerra civil moçambicana pelo saudoso Presidente Samora Machel, se aplicaria à situação ruandesa e de muitos países africanos.

O que fazer, e como fazer, para que a África possa seguramente construir seu desenvolvimento social e econômico? Em outros termos, parafraseando Joseph Ki-Zerbo “Para quando a África?”<sup>3</sup> A resposta a essas perguntas leva em conta a análise dos fatores do desenvolvimento e as dificuldades que o bloqueiam. Entre estas, relacionam-se notadamente os legados do tráfico negreiro, da escravidão e da colonização; as dificuldades para a construção da democracia e da nacionalidade; os conflitos étnico-políticos ou as guerras civis e sua violência; a má governança; a ausência de uma educação que liberte culturalmente, com enfoque nas necessidades e realidades africanas; a violação dos direitos humanos, a começar pelo direito à vida; a falta de investimentos em ciência e tecnologia, com aplicação na agricultura e na indústria de manufaturados; a falta de investimento na saúde pública e de água potável; a pandemia de AIDS, o paludismo e outras doenças curáveis que matam mais na África do que em outros países desenvolvidos, por falta de infraestrutura médica mínima; sem esquecer os neocolonialismos que persistem na figura dos organismos internacionais e multilaterais como o Banco Mundial, FMI, G8, etc.<sup>4</sup>

Diz-se, com certo exagero, mas também com certa razão, que no trem em direção ao desenvolvimento os africanos aparecem, geralmente, como simples viajantes, em vez de pilotos ou copilotos do seu próprio destino. Ou como disse Ki-Zerbo, a África nos tempos da globalização é uma “espécie de vagão do trem do desenvolvimento” (Joseph Ki-Zerbo, op.cit.). A imagem

---

<sup>3</sup> KI-ZERBO, Joseph. *Para quando a África?* Entrevista com René Holenstein. Rio de Janeiro: Pallas, 2006

<sup>4</sup> MUNANGA, Kabengele. Apresentação do *Dossiê Le Monde Diplomatique Brasil* nº 05, maio/junho 2011

afropessimista apresentada pela imprensa internacional visa, quase sempre, a África Subsaariana, mas os últimos acontecimentos sociopolíticos nos países da África do Norte, em especial nos três países do Magreb (Egito, Tunísia e Líbia) mostraram que todo o continente africano vai mal em termos de construção dos regimes democráticos e, conseqüentemente, do seu desenvolvimento socioeconômico.

Isso não quer dizer que faltam exemplos de crescimento significativo, apesar dos casos de regressão socioeconômica observada em outros países africanos depois da independência, exemplo na atual República Democrática do Congo. Mas, de modo geral, mesmo nos países que acusam taxas de crescimento econômico positivamente surpreendentes, como a África do Sul (4% em 2005), Angola (23% em 2007) e Moçambique (8% entre 2000 e 2006), ainda se observa a degradação da situação social (pobreza, desemprego, mortalidade, AIDS), o aumento das desigualdades econômicas entre as classes sociais, a degradação e insuficiência das instalações sanitárias, de moradia e dos sistemas de saúde, de transporte público e dos meios de comunicação em geral.

Ou seja, por mais encorajantes que essas estatísticas possam parecer, com certeza a qualidade de vida da grande maioria da população africana continua a se deteriorar. Mais da metade da população africana ainda vive abaixo da linha de pobreza, ou seja, com U\$ 2,0 americanos por dia, enquanto 39% dos africanos viviam com menos de U\$ 1,25 por dia em 2011<sup>5</sup>. É evidente que não se deva confundir o crescimento econômico com o desenvolvimento humano que não se mede pelo produto nacional bruto por habitante, mas segundo uma fórmula que compreende os indicadores de saúde em termos de esperança de vida, a escolaridade e o salário mínimo, entre outros.

Neste sentido a melhoria do nível de vida do cidadão médio não resulta automaticamente do crescimento econômico, mas da maneira como esse crescimento é distribuído para o benefício de toda a população pela criação de empregos, construção de infraestruturas e criação de serviços sociais. Desde as independências, muitas teorias foram formuladas e centenas de livros

---

<sup>5</sup> Grupo do Banco Africano de Desenvolvimento, *Revista Anual sobre a Eficácia do desenvolvimento*, Edição 2012, BAD, Túnis, p.14. "O chifre de U\$1,25 representa a linha da extrema pobreza"

publicados sobre os desafios do desenvolvimento na África e os caminhos mais apropriados para erradicar a pobreza e melhorar o nível de vida das massas populares.

Apesar de suas numerosas encarnações, apenas duas correntes contraditórias continuam a animar os debates sobre o desenvolvimento africano. Trata-se da corrente hegemônica dominada pelos países ocidentais e as instituições financeiras internacionais sob seu controle e a corrente contra hegemônica dos progressistas africanos.

Em sua integração ao sistema mundial atual, a África é considerada como um continente em crise multidimensional cuja falência do Estado constitui a chave principal. Apesar da independência conquistada, um grande número de estados africanos ainda estão fiéis aos interesses das ex metrópoles e mais submissos a responder às exigências das grandes potências mundiais e das instituições financeiras internacionais do que a atender as aspirações do seu povo para o bem-estar, a democracia e a soberania. Tal situação só pode se transformar numa fonte de pobreza, de conflitos e violência: guerras civis, rebeliões, levantamentos populares; luta pelo controle do poder e dos recursos, etc.

Diante dessa situação, ainda há tempo para os movimentos sociais africanos ultrapassarem a noção do Estado herdado da colonização para reestruturar e reabilitar o poder do Estado e suas funções redistributivas e democráticas. O sucesso de tal iniciativa demanda uma leitura atenta da história das lutas populares para democracia e progresso social e sobretudo a colocação em prática dos valores instigadores de suas lutas, ou seja, a busca da unidade e da integração nacionais, da soberania e da luta contra a ditadura e a corrupção.

A corrente hegemônica do pensamento único neoliberal se fortaleceu na sequência da Segunda Guerra Mundial com um discurso ideológico caracterizando a confrontação entre os campos ocidental e soviético. Dominava a convicção segundo a qual um forte crescimento econômico acaba por beneficiar todo mundo, ricos e pobres, ou seja, a ideia de que tem que deixar antes crescer o bolo para depois redistribuí-lo. Na teoria, essa visão era promissora, mas não se concretizou na prática. A história mostra que todas as

tentativas desenvolvimentistas para um crescimento econômico com equidade social na África não alcançaram os objetivos projetados.

Durante os cinco decênios da experiência desenvolvimentista ocidental, os africanos não ficaram com braços cruzados, pois seus intelectuais pensaram em modelos alternativos e estratégias de desenvolvimento apropriadas a partir de três fontes de reflexão e inspiração: (1) a Comissão Econômica das Nações Unidas para a África (CEA); (2) o projeto pan-africanista de autodeterminação para a independência econômica apoiada na solidariedade tal como foi pensado pelos dirigentes progressistas da luta pela independência; (3) as lições tiradas das conferências nacionais soberanas dos anos 1990 sobre a estrutura do Estado a fim de permitir-lhe satisfazer as aspirações profundas do povo pela democracia e pelo progresso social<sup>6</sup>.

A CEA conseguiu convencer os chefes de estados e governos africanos a endossar em 1980 o plano mais compreensivo do crescimento autônomo e de desenvolvimento integrado que o continente africano jamais havia concebido, o Plano de Ação de Lagos (PAL) que colocou em ação a estratégia para o desenvolvimento econômico africano. O PAL representa uma estratégia integrada de desenvolvimento para melhorias nos setores da indústria, transportes e comunicações, desenvolvimento dos recursos humanos e naturais, ciência e tecnologia com o objetivo último de integração em nível continental.

Apesar de alguns progressos realizados na criação das comunidades econômicas regionais para compor as bases para a integração continental de acordo com o tratado de Abuja (1991) sobre a Comunidade Econômica Africana, o PAL não deu totalmente certo por três razões: (1) a inação africana em relação aos recursos orçamentários necessários para a execução do plano para eliminar os obstáculos burocráticos que prejudicam a livre circulação de pessoas e de bens; (2) os obstáculos estruturais devido ao fato de as economias africanas serem antes de mais nada orientadas para a exportação das matérias primas, faz com que o comércio interafricano represente uma

---

<sup>6</sup> NZONGOLA-NTALAJA, Georges. *Les Abordages théoriques sur le défi du développement des pays africains et les leçons qu'on peut en tirer*. Comunicação feita no Seminário Internacional sobre a Pesquisa e o Ensino na Universidade Africana no Contexto da Globalização. (Universidade de São Paulo, Brasil, de 3-5 de setembro de 2012).

ínfima porcentagem das estatísticas nacionais e; (3) a hostilidade das instituições de Bretton Woods, bem ilustrado pela resposta do Banco Mundial que em 1981 criou seu próprio plano denominado Desenvolvimento Acelerado da África subsaariana: Um Programa de ação. Esse plano propôs uma economia baseada na agricultura orientada para exportação; um plano diametralmente oposto ao PAL<sup>7</sup>.

Cinco organizações merecem ser reconhecidas por sua contribuição crítica à corrente hegemônica e seu apoio à CEA durante essa época. Trata-se do Instituto Africano para o Desenvolvimento Econômico e o Planing (IDEP) sob o comando de Samir Amin entre 1970 e 1980; o Conselho para o desenvolvimento da pesquisa em Ciências Sociais (CODESRIA); a Associação Africana de Ciência Políticas (AASP); o Instituto para Alternativas Africanas (IFAA) e o Fórum do Terceiro Mundo (FTM). Parece que a CEA teria relaxado seus compromissos pan-africanistas para aderir ao liberalismo de Thabo Mbeki e Abdulaye Wado, ex-presidentes da África do Sul e do Senegal, defensores da ideia do Renascimento Africano e iniciadores do NEPAD (Nova Parceria para o Desenvolvimento na África)<sup>8</sup>. Agora, com Carlos Lopes no comando da Secretaria Executiva da CEA, espera-se redesenhar novos rumos para o desenvolvimento africano.

Os países africanos atuais, salvo o raro caso da Etiópia são heranças coloniais e resultaram do processo histórico de invasões e ocupações caracterizado pela unificação num único território de povos antigamente independentes e culturalmente diferentes por um lado, e por outro lado, da separação em territórios diferentes de um mesmo povo antigamente unido num mesmo território. A conquista da liberdade pelas lutas populares custou muito caro aos africanos e todos queremos preservar esses legados em suas integridades territoriais através de um novo processo que passa pela construção da nação e da identidade nacional, ou seja da unidade nacional e da cidadania. Reconquistamos territórios e estados herdados que nos foram coletivamente roubados, mas para transformá-los em verdadeiras nações, partimos dos modelos que nada têm a ver com o que éramos antes, ou seja, a

---

<sup>7</sup> NZONGOLA-NTALAJA, Georges. Op. cit.

<sup>8</sup> NZONGOLA-NTALAJA, Georges. Op. cit.



construção de um estado-nação no exemplo do republicanismo jacobino à francesa no lugar do modelo de um Estado multicultural e multinacional que nos aproximaria do que éramos antes das invasões coloniais.

Os exemplos que pululam demonstram que numerosas democracias ocidentais são multinacionais. São países que ao contrário da França do tempo da revolução que fez desaparecer suas minorias linguísticas e culturais, ou seja, os bascos e os bretões foram conduzidos ulteriormente a desenvolver alguma forma de partilha multinacional de poder, ou seja, as formas de federalismo como foi o caso na Espanha, na Bélgica, na Suíça, na Inglaterra e no Canadá<sup>9</sup>.

Os Estados Unidos abrigam um bom número de minorias nacionais, entre as quais os ameríndios, os porto-riquenhos, os chicanos (descendentes dos mexicanos), os polinésios do Havaí, os chamorros de Guam e os habitantes de diversas ilhas. Esses grupos foram todos incorporados aos Estados Unidos sem que o desejassem pela conquista e colonização. Mas quando foram incorporados, a maioria desses grupos obtiveram um estatuto político especial. Assim, os índios foram reconhecidos enquanto “nações interiores” dependentes e deste título dotados de um governo, de tribunais e direitos distintos garantidos pelos tratados; Porto Rico pertence a um “Commonwealth” e dispõe de um poder especial que lhe permite se autogovernar. Esses grupos gozam igualmente dos direitos relativos ao uso da língua e da terra. Para o Havaí, a língua autóctone tem o mesmo estatuto que o Inglês nas escolas, nos tribunais e na administração, enquanto que para Porto Rico, o Espanhol é a língua oficial.

Dizer que esses países são Estados “multinacionais” não é negar que seus cidadãos constituem um único povo. Os suíços por exemplo, manifestam um forte sentimento de lealdade partilhada, apesar de suas divisões culturais e linguísticas. De fato, esses Estados multinacionais não podem sobreviver se os diversos grupos nacionais não se sentem pertencentes à comunidade política ampla no seio da qual eles coabitam. Na Suíça, como na maioria dos Estados multinacionais, os grupos nacionais manifestam um sentimento de obediência

---

<sup>9</sup> KYMLICKA, Will. *La citoyenneté multiculturelle*. Une théorie libérale du droit de minorités. Paris: Éditions la Découverte, 2001

ao Estado justamente porque o Estado reconhece e respeita sua existência nacional distinta. Os suíços são patriotas, mas a Suíça à qual eles afirmam sua lealdade se define como uma federação de povos distintos<sup>10</sup>.

Depois da implosão da União Soviética, muitos países do leste europeu que faziam parte do bloco soviético entraram em crises estruturais devidas tanto às diferenças ideológicas como linguísticas e culturais. Tiveram conflitos que os levaram à separação e formação de pequenos países política e territorialmente independentes.

Tivemos e ainda temos muitas guerras no continente africano. Além das guerras de resistência às invasões e ocupações coloniais e das guerras de libertação contra o jugo colonial, as guerras pós-independências desde 1960 até hoje não pouparam nenhuma região africana. Do norte ao sul, do leste ao oeste passando pelo centro, podemos citar os conflitos entre Argélia e Marrocos; a guerra civil argelina; a guerra da Líbia; os conflitos do Sahel; os conflitos do Mali e do Níger; as guerras da Etiópia e Eritreia; a guerra dos Tuaregues e os conflitos islâmicos; as guerras do Chade; as guerras da Somália entre clãs contra clãs; as guerras de Libéria; de Serra Leoa; as guerras da Costa de Marfim; as guerras da Nigéria; as guerras na atual República Democrática do Congo; as guerras na República do Congo; as guerras de Ruanda; as guerras nas antigas Rodésias; as guerras de Moçambique, etc.<sup>11</sup>. Somadas, essas guerras já mataram milhões de africanos além de prejudicarem a formação da cultura de paz da qual depende a construção de nossas nacionalidades ou identidades nacionais; a construção de nossas nações democráticas e todo o processo de desenvolvimento socioeconômico.

Quando nos primeiros anos das independências o agrônomo francês René Dumont publicou seu livro intitulado *L'Afrique Noire est mal partie* (África Negra partiu mal), ele foi duramente criticado por muitos políticos e estadistas africanos da primeira geração dos dirigentes. Hoje reconhece-se que ele tinha certa razão, pois partimos dos modelos políticos que não levaram seriamente em consideração nossas diferenças culturais e regionais na construção de

---

<sup>10</sup> KYMLICKA, Will. Op. cit.

<sup>11</sup> LUGAN, Bernard. *Les Guerres d'Afrique*. Des origines à nos jours. Éditions du Rocher, 2013

nossas identidades. Os dirigentes africanos de hoje persistem ainda com a ideia de estado-nação e nem sequer querem dar um olhar ao redor do próprio mundo ocidental para ver como alguns de seus países lidam com a questão da diversidade e das diferenças linguístico-culturais em suas estruturas políticas. Nossas nações ainda estão em processo de formação e de construção, acredito que não é tarde para repensar sobre os legados envenenados que recebemos dos colonizadores.

Muito obrigado!